



1º Simulado

TJ SP

Psicólogo Judiciário
Pós-Edital

Simulado

1º Simulado TJ-SP (Psicólogo Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Psicólogo Judiciário do TJ-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hdRxfrRcSL1vKMUo6>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/k6Nw>

BLOCO I
LÍNGUA PORTUGUESA**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para as questões 1 a 12****Educação do século 21 requer menos ensino e mais aprendizagem**

A educação para o século 21 é um negócio dedicado à aprendizagem e não ao ensino. Assim, a performance dos educadores deve ser guiada pelo entendimento mais atual do processo de aprendizagem. Nas últimas décadas, as pesquisas em psicologia cognitiva e neurociência expandiram significativamente a compreensão de como as pessoas aprendem. Mas a prática educacional brasileira acanhadamente acompanhou esse contemporâneo *know-how*.

É fato que os educadores enfrentam mais um desafio intimidante: prover os alunos com as competências e habilidades do século 21. Muitos pesquisadores se opõem à ideia de que o pensamento crítico, a resolução de problemas, criatividade e desenvolvimento de projetos irão corroer o ensino conteudista de importantes fundamentos – incluindo história, filosofia e literatura. A preocupação é válida até o instante em que tais habilidades não podem ser desenvolvidas nem aplicadas de forma eficaz – sem os conhecimentos prévios de uma ampla gama de assuntos.

Nenhuma geração pode escapar da responsabilidade de aprender o que o mercado e a sociedade requerem. No século 19, à medida que a agricultura crescia em complexidade, as escolas nas áreas rurais ensinavam justamente princípios, competências e habilidades da agricultura vocacional. Com o desenvolvimento da tecnologia, da internet e dos computadores, as escolas aprimoraram seus programas de ciências, matemática e sistemas de informações. Hodiernamente, com o advento da inteligência artificial e da digitalização, estamos mais uma vez com a inevitabilidade de alterar o que e, principalmente, o como ensinar.

A óbvia impescindibilidade de a educação se relacionar com as demandas da sociedade foi satirizada por Harold Raymond Wayne Benjamin, em seu livro

Saber-tooth curriculum (New York: McGraw-Hill, 1939). Na obra, uma autoridade fictícia em educação na Idade da Pedra, apresenta os três fundamentos que deviam ser ensinados aos jovens no currículo paleolítico: 1) pegar peixes com as mãos; 2) fazer baqueteamento de cavalos; 3) assustar com fogo o similodon, mais conhecido como tigre-dentes-de-sabre. Quando os peixes se tornaram ágeis demais para pegá-los com as mãos e os cavalos e similodons minguaram, as escolas continuaram ensinando os fundamentos antigos por seu valor cultural. A revolta dos educadores progressistas contra o currículo tradicional é descrita em uma das passagens mais divertida dessa jocosa sátira.

Portanto, tentar prever as necessidades futuras dos aprendizes, amoldar os currículos e adequar as metodologias não se trata de modismo. É uma indispensabilidade.

Adaptado de <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/menos-ensino-e-mais-aprendizagem/>>

01. Depreende-se do texto que:

- a) a manutenção das disciplinas base é uma necessidade atual.
- b) o século XXI em muito se assemelha ao século XIX, em termos de educação;
- c) a educação deve acompanhar a evolução da sociedade como um todo;
- d) educadores e pensadores da educação têm sido erroneamente interpretados;
- e) estar à frente do seu tempo é pensar a educação do amanhã baseando-se no ontem

02. No texto “Educação do século 21 requer menos ensino e mais aprendizagem”, predomina a função

- a) referencial.
- b) emotiva.
- c) apelativa.
- d) poética.
- e) fática;

03. A palavra sublinhada é pronome em

- a) É fato que os educadores enfrentam mais um desafio intimidante;
- b) Muitos perscrutadores se opõem à ideia de que o pensamento crítico...;
- c) ... a resolução de problemas, criatividade e desenvolvimento de projetos irão corroer o ensino conteudista de importantes fundamentos...;
- d) A preocupação é válida até o instante em que tais habilidades não podem ser desenvolvidas...;
- e) ... sem os conhecimentos prévios de uma ampla gama de assuntos.

04. Em “*No século 19, à medida que a agricultura crescia em complexidade*” (3º parágrafo), a expressão à medida em que poderia ser substituída por:

- a) na medida em que.
- b) quando.
- c) sempre que.
- d) conforme.
- e) porque

05. A mensagem do último parágrafo é a de que:

- a) ensino e aprendizagem seguem os modismos intelectuais.
- b) discutir a educação é prescindível ao futuro das gerações.
- c) alterações nos currículos das escolas são previsíveis.
- d) por mais que educadores tentem, as gerações futuras só aceitam modismos.
- e) estamos diante de discussão imprescindível, e não algo passageiro.

06. Segundo o autor, a educação no século XIX era voltada à agricultura, assim como a educação do século XXI deve ter o foco em

- a) em tecnologia e internet;

b) em internet e computadores;

c) inteligência artificial e digitalização;

d) digitalização e internet.

e) tecnologia e inteligência artificial

07. No trecho “A educação para o século 21 é um negócio dedicado à aprendizagem e não ao ensino”, a ausência de vírgula antes do conectivo “e” é justificada porque:

- a) A conjunção “e” exige a omissão da vírgula por regra absoluta.
- b) A presença da vírgula poderia gerar ambiguidade no sentido.
- c) Não há necessidade de vírgula porque os termos ligados por “e” possuem valores semanticamente opostos.
- d) O uso da vírgula é facultativo antes de “e” em frases coordenadas adversativas.
- e) Não há pausa sintática ou necessidade de separar elementos coordenados.

08. No contexto em que aparece no texto, a palavra “acanhadamente” significa:

- a) Com timidez ou hesitação.
- b) De maneira insuficiente ou limitada.
- c) Sem inovação ou criatividade.
- d) De forma teórica e especulativa.
- e) Com esforço e dedicação moderados.

09. Mantendo o sentido do texto, a conjunção “mas”, no primeiro parágrafo, poderia ser substituída por

- a) porém, sem necessidade de alterações;
- b) porém, desde que seja inserida uma vírgula após a conjunção;
- c) pois, sem necessidade de alterações;
- d) pois, desde que intercalado por vírgulas;
- e) caso, desde que a forma verbal “acompanhou” seja flexionada no Modo Subjuntivo

10. *"Nas últimas décadas, as pesquisas em psicologia cognitiva e neurociência expandiram significativamente a compreensão de como as pessoas aprendem".*

Sobre o uso dos tempos verbais no trecho acima, é correto afirmar que:

- a) O verbo "expandiram" no pretérito perfeito denota uma ação pontual e concluída.
- b) O verbo "aprendem" no presente confere atemporalidade ao enunciado.
- c) A correlação verbal entre "expandiram" e "aprendem" sugere simultaneidade das ações.
- d) "Expandiram" e "aprendem" apresentam uma inadequação temporal.
- e) "Aprendem" deveria ser conjugado no pretérito perfeito para assegurar a concordância.

11. *"Quando os peixes se tornaram ágeis demais para pegá-los com as mãos", a colocação do pronome "se" em "se tornaram" está correta porque:*

- a) É regida pela ênfase do adjetivo "ágeis".
- b) Trata-se de próclise obrigatória devido à locução verbal.
- c) A colocação pronominal é explicada pela posição do verbo no Indicativo.
- d) É exemplo de ênclise facultativa com verbos no Indicativo.
- e) A próclise é utilizada por não haver obrigatoriedade de ênclise.

12. *"A preocupação é válida até o instante em que tais habilidades não podem ser desenvolvidas nem aplicadas de forma eficaz"*

A função da palavra "que" sublinhada no trecho acima é:

- a) Pronome relativo, substituível por "as quais".
- b) Conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva.

c) Advérbio temporal, indicando um momento específico.

d) Pronome demonstrativo, retomando o termo anterior.

e) Preposição, ligando a oração principal ao complemento.

BLOCO II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SUAS***Anna Valéria*

13. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) trabalha suas ações e projetos sob a ótica do respeito à diversidade das regiões, decorrente das diferenças entre as características culturais, socioeconômicas e políticas das populações urbanas e rurais das mais diversas localidades brasileiras, articulando sua dinâmica às organizações e entidades de Assistência Social. Um de seus objetivos é transformar a Política de Assistência Social em uma política realmente federativa, por meio da cooperação efetiva entre:

- a) Poder público e sociedade civil.
- b) Poder Judiciário e Ministério Público.
- c) Estado e sociedade civil organizada.
- d) Os CRAS e CREAS.
- e) União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

- 14.** Dentre os princípios organizativos do SUAS, marque a opção correta:
- a) Integralidade da proteção social, por meio da oferta das provisões em sua completude, através de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
 - b) Contributividade, de modo que todos contribuam financeiramente para o Sistema, assim como ocorre na Previdência Social, por exemplo.
 - c) Complexidade, sendo o SUAS dividido por níveis de gestão estratégica de atendimento.
 - d) Multidisciplinaridade, de modo que as profissões trabalhem em conjunto, porém, de forma desarticulada.
 - e) Proteção parcial das ações assistenciais.
- 15.** De acordo com o SUAS, a/o _____ exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais:
- a) Renda
 - b) Acolhida
 - c) Apoio e auxílio.
 - d) Convívio familiar, comunitário e social.
 - e) Desenvolvimento da autonomia.
- LEI N° 12.435/2011 - LOAS**
- Nilza Ciciliati*
- 16.** No decorrer de sua trajetória, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, passou por inúmeras atualizações normativas. A Lei nº 12.435/2011, conhecida como Lei do SUAS, promulgada em 6 de julho de 2011, trouxe significativas alterações na LOAS. Uma das principais alterações foi definir os objetivos da assistência social, incluindo
- a) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - b) a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - c) a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
 - d) a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
 - e) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das esferas de governo. políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- 17.** Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada (BPC), a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Considera-se impedimento de longo prazo, aquele que produza efeitos
- a) pelo prazo mínimo de 1 (um) ano
 - b) pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos
 - c) de forma que necessite da ajuda de terceiros
 - d) de forma permanente
 - e) que a incapacite para as atividades do dia a dia por tempo indeterminado

18. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: proteção social básica e proteção social especial e serão ofertadas precípua mente no(a)

- a) Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.
- b) Centros de Atendimento Social (CAS) e nos Centros de Atendimento Especializado (CAE), respectivamente, e pelas organizações comunitárias.
- c) Centros de Apoio Social (CAS) e nos Centros de Apoio Especializado (CAE), respectivamente, e pelas instituições filantrópicas.
- d) Centros de Integração Social (CIS) e nos Centros de Integração Especializada (CIE), respectivamente, e pelas associações de bairro.
- e) Centros de Assistência Social (CAS) e nos Centros de Assistência Especializada (CAE), respectivamente, e pelas ONGs.

PSICOLOGIA 1

Priscila Batista

19. O artigo 101 do ECA trata das medidas de proteção aplicáveis a crianças e adolescentes em situação de risco. Essas medidas

- a) devem ser aplicadas exclusivamente pelo Conselho Tutelar, cabendo ao Poder Judiciário intervir mediante violação comprovada.
- b) incluem o encaminhamento aos pais ou responsável, com ou sem acompanhamento de um programa oficial ou comunitário de proteção.
- c) se restringem ao acolhimento institucional, sendo vedada qualquer outra forma de assistência social.
- d) têm caráter punitivo, visando à responsabilização da criança ou adolescente pela situação de risco em que se encontra.
- e) possuem prazo fixo de duração, devendo ser reavaliadas apenas ao final desse período.

20. Um adolescente de 15 anos foi encontrado em situação de abandono e encaminhado pelo Conselho Tutelar para um serviço de acolhimento institucional. O Ministério Público foi notificado para as providências cabíveis. Esse acolhimento deverá

- a) ser definitivo, pois sua família demonstrou incapacidade de cuidar dele.
- b) ser buscadas alternativas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta, pelo caráter excepcional da medida.
- c) determinar a adoção de João através do Conselho Tutelar, mediante decisão judicial.
- d) acolher o adolescente para permanência por tempo indeterminado, sem necessidade de reavaliação.
- e) realizar encaminhamento para um abrigo, a partir das decisões proferidas através do Ministério Público e delegacia responsável.

21. Um jovem de 16 anos foi apreendido por vandalismo em um shopping. Arrependido, relatou problemas familiares. O juiz, ao analisar o caso, decide aplicar uma medida socioeducativa, que pode ser

- a) A internação é obrigatória, pois o ato infracional foi grave.
- b) Apenas a liberdade assistida pode ser aplicada, já que houve arrependimento.
- c) A medida pode incluir prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida.
- d) O juiz pode determinar a internação por tempo indeterminado.
- e) Nenhuma medida socioeducativa pode ser aplicada, pois ele é menor de idade.

22. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas socioeducativas devem considerar não apenas a responsabilização pelo ato infracional, mas também fatores que influenciam o desenvolvimento do adolescente. A Teoria do Apego, proposta por Bowlby, destaca que a qualidade das relações afetivas precoces impacta significativamente o comportamento e a construção da identidade, de forma que

- a) A ausência de um apego seguro na infância pode influenciar comportamentos infracionais, sendo essencial que as medidas socioeducativas promovam oportunidades de vínculo e suporte emocional.
- b) O ECA prevê que adolescentes em conflito com a lei devem ser responsabilizados por meio de medidas correcionais, apesar de suas vivências afetivas anteriores.
- c) A Teoria do Apego sustenta que a única forma de reverter comportamentos infracionais é por intermédio do isolamento, proporcionando vínculos familiares mais seguros.
- d) A aplicação das medidas socioeducativas deve ser baseada apenas na gravidade do ato infracional, podendo considerar fatores psicossociais de forma circunstancial.
- e) A reincidência em atos infracionais ocorre de acordo com a qualidade dos vínculos afetivos, tornando acessório o investimento em estratégias de fortalecimento de laços sociais.

23. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estabelece diretrizes para a aplicação das medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a lei. Essa lei

- a) estabelece que as medidas socioeducativas devem ser aplicadas de forma padronizada, com avaliação individual do adolescente infrator mediante solicitação do Conselho Tutelar.
- b) determina que a internação deve ser a primeira opção ao aplicar medidas socioeducativas, visando

garantir o afastamento do adolescente do convívio social.

- c) prevê que a execução das medidas socioeducativas deva considerar a individualização do atendimento, incluindo ações que favoreçam a responsabilização do adolescente.
- d) determina que o cumprimento das medidas socioeducativas deva favorecer a participação da família, pois a responsabilidade pelo adolescente infrator cabe exclusivamente ao Estado.
- e) prevê medidas privativas de liberdade como principais ações para adolescentes em conflito com a lei, além de alternativas como prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

24. Uma idosa de 72 anos vive com seu filho e sua nora. Nos últimos meses, vizinhos perceberam ela frequentemente apresenta hematomas nos braços e parece assustada ao interagir com familiares. A violação apresentada pode ser caracterizada como

- a) Violência física – caracterizada pela presença de lesões corporais, como os hematomas observados.
- b) Violência psicológica – evidenciada pelo medo e pela intimidação sofridos pela idosa.
- c) Violência patrimonial – representada pelo impedimento de acessar seus próprios recursos financeiros.
- d) Violência institucional – relacionada ao fato da idosa ser privada de sair de casa e conviver com outras pessoas.
- e) Negligência – possível na medida em que há omissão dos responsáveis em garantir o bem-estar da idosa.

25. Um idoso de 69 anos, aposentado, procurou atendimento prioritário em um banco, mas foi informado que deveria aguardar na fila comum devido à alta demanda. Esse caso se caracteriza por uma violação do Estatuto do Idoso, que estabelece que

- a) o atendimento prioritário deve ser garantido, mas pode ser flexibilizado por critérios internos da instituição, desde que não ultrapasse 30 minutos de espera.
- b) o direito ao atendimento prioritário inclui preferência no atendimento bancário, mas não abrange a obrigatoriedade de oferecer assentos adequados.
- c) A prioridade no atendimento se aplica apenas a idosos com idade igual ou superior a 70 anos, conforme disposto no Estatuto do Idoso.
- d) o Estatuto do Idoso assegura a prioridade no atendimento, sendo vedada qualquer justificativa para negar esse direito.
- e) O Estatuto do Idoso prevê a prioridade, mas permite que empresas privadas estabeleçam critérios próprios para organizar o fluxo de atendimento, conforme sua estrutura interna.

26. Ana, 35 anos, vive com seu companheiro, que constantemente a insulta, desvaloriza suas opiniões e a impede de ter contato com amigos e familiares. A violência doméstica vivenciada no caso pode ser explicada através da

- a) Violência psicológica, evidenciada pelas constantes humilhações e tentativas de desvalorizar a vítima.
- b) Violência patrimonial, caracterizada pelo controle financeiro exercido pelo companheiro.
- c) Violência moral, presente quando há difamação, calúnia ou exposição pública da vítima.
- d) Violência física, demonstrada pelo isolamento imposto à vítima, impedindo contato com amigos e familiares.

e) Violência institucional, ocorre quando órgãos públicos negligenciam a proteção da vítima, perpetuando a situação de violência.

27. A Resolução CFP nº 001/2018 estabelece normas para a atuação de psicólogos no atendimento a pessoas transexuais e travestis, garantindo o respeito à identidade de gênero. O documento reforça o compromisso ético da Psicologia na defesa dos direitos humanos, de forma que

- a) os psicólogos devem orientar seus atendimentos com base na ideia de que a transexualidade é um desvio de conduta e necessita de correção terapêutica.
- b) Os profissionais da Psicologia devem atuar de forma a despatologizar as vivências trans, garantindo que sua identidade de gênero seja respeitada.
- c) A atuação psicológica pode incluir técnicas de reversão da identidade de gênero, desde que seja do interesse do paciente e com sua autorização expressa.
- d) O Conselho Federal de Psicologia reconhece a transexualidade como um desvio de personalidade que pode ser tratado clinicamente.
- e) o atendimento a pessoas transexuais e travestis possa priorizar a adequação dessas identidades ao gênero designado no nascimento.

28. No atendimento a pessoas bissexuais

- a) os psicólogos podem oferecer terapias para reversão da bissexualidade e outras orientações não monodissidentes, caso o paciente manifeste interesse.
- b) A atuação psicológica deve ser fundamentada no respeito à diversidade de orientações sexuais, sem buscar a correção ou conversão da bissexualidade.
- c) A bissexualidade deve ser compreendida como um conflito de identidade, e a Psicologia tem o papel de auxiliar a pessoa a definir sua orientação sexual.
- d) A Psicologia pode classificar a bissexualidade como um transtorno de identidade, quando o paciente expressa dificuldades em assumir sua orientação.
- e) Profissionais de Psicologia têm liberdade para diagnosticar possíveis desvios relacionados a orientação sexual do paciente, desde fundamentados cientificamente.

29. A Resolução CFP nº 009/2024 regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional, revogando as resoluções anteriores nº 11/2018 e nº 04/2020. Essa normativa estabelece diretrizes para a prática da Psicologia utilizando TDICs, enfatizando que

- a) os psicólogos utilizem qualquer plataforma digital para atendimento, desde que seja de fácil acesso para o cliente.
- b) é obrigatório que os psicólogos realizem atendimentos presenciais antes de iniciarem qualquer atendimento mediado por TDICs, para estabelecer vínculo com o cliente.
- c) os psicólogos estão dispensados da responsabilidade de garantir o sigilo das informações quando utilizam TDICs, transferindo essa responsabilidade para os fornecedores das tecnologias utilizadas.
- d) Os psicólogos devem avaliar as condições de confidencialidade, as competências tecnológicas

dos usuários e as evidências científicas disponíveis ao utilizar TDICs.

- e) o uso de TDICs esteja restrito apenas a contextos de emergência ou quando o atendimento presencial não é possível, não sendo recomendada sua utilização em situações rotineiras.

30. Uma psicóloga clínica atende um adolescente de 16 anos que expressa sofrimento psicológico devido à falta de aceitação familiar em relação à sua identidade de gênero. Durante as sessões, ele relata desejar ser reconhecido com pronomes e nome femininos. No entanto, seus pais insistem para que a psicóloga trabalhe na "reversão" dessa identidade, pois acreditam que se trata de uma fase passageira. Quanto a conduta da psicóloga, ela deve

- a) atender ao pedido da família e trabalhar para que o adolescente aceite o gênero atribuído no nascimento, promovendo um ajustamento social adequado.
- b) respeitar e legitimar a identidade de gênero feminina, utilizando o nome e pronomes pelos quais se identifica, sem reforçar concepções patologizantes sobre a transexualidade.
- c) explicar à família que, antes de validar a identidade de gênero feminina, é necessário um diagnóstico clínico que comprove a existência de disforia de gênero.
- d) priorizar a vontade dos responsáveis, uma vez que o paciente é menor de idade e, portanto, não pode decidir sobre sua própria identidade de gênero.
- e) encaminhar o paciente para um tratamento de conversão, pois a Resolução CFP nº 001/2018 permite intervenções terapêuticas voltadas à mudança da identidade de gênero.

31. Um casal que não pode ter filhos biológicos deseja adotar uma criança e, para isso, procura um cartório para registrar um pedido direto de adoção de um bebê cuja mãe, em situação de vulnerabilidade, deseja entregá-lo voluntariamente. No entanto, são informados de que esse procedimento não é permitido e que devem seguir os trâmites legais para a adoção. Diante dessa situação, o procedimento possível seria

- a) a possibilidade da formalização de um acordo diretamente com a mãe biológica para obter a guarda da criança, pois a entrega foi voluntária.
- b) a adoção ser realizada por meio do Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento Familiar (CNA), garantindo que a criança seja encaminhada a pretendentes habilitados segundo os critérios legais.
- c) a entrega voluntária da criança pela mãe ser feita diretamente ao casal, desde que haja um documento assinado por ambas as partes reconhecendo a adoção.
- d) em casos de entrega voluntária, a decisão sobre a adoção da criança cabe exclusivamente aos responsáveis pelo acolhimento institucional, sem interferência do Judiciário.
- e) poderiam ficar provisoriamente com a criança antes de iniciar o processo formal no Judiciário, pois demonstraram interesse legítimo na adoção.

32. Com base na atuação do psicólogo nas Varas da Infância e da Juventude,

- a) o psicólogo deve garantir que sua avaliação seja isenta de juízos de valor pessoais, fundamentando suas análises em critérios técnicos e científicos para auxiliar nas decisões judiciais.
- b) a função do psicólogo é exclusivamente terapêutica, sendo vedada sua participação na formulação de pareceres técnicos para subsidiar decisões do juiz.
- c) o psicólogo tem autonomia para decidir a colocação de uma criança em família substituta

desde que apresente um parecer técnico detalhado.

- d) se restringe a mediação de conflitos familiares, se envolvendo em avaliações de guarda, adoção ou medidas protetivas mediante solicitação do juiz.
- e) o trabalho do psicólogo no Judiciário deve se basear exclusivamente nos relatos das partes envolvidas para manutenção dos princípios da isonomia e sigilo clínico.

33. Carla, psicóloga atuante na Vara de Família, foi designada para avaliar a situação de Pedro, um menino de 8 anos, cujo processo judicial envolve disputa de guarda entre seus pais, Marina e Gustavo. Durante as sessões, Pedro demonstra sinais de ansiedade e conflito de lealdade, expressando dificuldades para falar sobre sua relação com os pais. Além disso, Marina alega que Gustavo aliena o filho contra ela, enquanto Gustavo afirma que a mãe dificulta o convívio paterno. Diante dessa situação

- a) A psicóloga deve tomar partido por um dos genitores, caso perceba que um deles parece mais adequado para exercer a guarda da criança.
- b) O papel da psicóloga é analisar o contexto familiar e elaborar um parecer técnico, subsidiando o juiz na decisão com base no bem-estar da criança.
- c) A psicóloga pode definir qual dos pais deve ficar com a guarda mediante parecer técnico emitido pelo Conselho Tutelar e posterior ratificação judicial.
- d) O trabalho da psicóloga deve se restringir ao relato da criança, independente das explicações ou narrativas colhidas com os genitores.
- e) No laudo psicológico, a profissional deve desconsiderar possíveis sinais de alienação parental, pois essa questão deve ser analisada exclusivamente pelo juiz.

34. Uma mulher manifesta o desejo de entregar seu filho para adoção e busca orientação de um serviço especializado. Diante dessa situação, a equipe responsável

- a) deve, obrigatoriamente, encaminhá-la à Justiça da Infância e da Juventude.
- b) precisa indicar um atendimento psicológico para que ela reverta a decisão.
- c) deve denunciá-la ao Conselho Tutelar para evitar um possível abandono.
- d) precisa orientá-la sobre os procedimentos legais para a adoção.
- e) deve acompanhá-la durante todo o processo para garantir seu bem-estar emocional.

35. De acordo com a legislação que rege o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a execução das medidas socioeducativas deve seguir o princípio da

- a) aplicação de sanções rigorosas, assegurando que o adolescente cumpra medidas semelhantes às do sistema prisional.
- b) restrição da liberdade, com o contato com familiares e rede de apoio durante a medida socioeducativa garantido.
- c) proporcionalidade, garantindo que a medida imposta seja compatível com a gravidade da infração e com as necessidades do adolescente.
- d) punição, visando exclusivamente à repressão do ato infracional e ao afastamento do adolescente do convívio social.
- e) reincidência zero, priorizando o arrependimento para desestimular novos atos infracionais.

36. Toda criança ou adolescente que esteja sob medida protetiva em ambiente alternativo

- a) será encaminhado automaticamente para adoção caso permaneça na medida por mais de um ano.

b) não poderá retornar à convivência com seus familiares, pois essa situação ocorre apenas quando há perda definitiva do poder familiar.

c) permanecerá nessa condição até atingir a maioridade, momento em que será obrigatoriamente reinserido no núcleo familiar original.

d) terá prioridade no processo de adoção, pois sua situação resulta de uma denúncia de maus-tratos e negligência.

e) deverá passar por reavaliação periódica por uma equipe técnica, garantindo análise da sua situação a cada seis meses.

37. Laura, 10 anos, foi encaminhada ao Conselho Tutelar após vizinhos relatarem episódios frequentes de agressões e gritos em sua residência. A equipe técnica verificou que a criança apresentava sinais físicos de violência e demonstrava medo excessivo ao falar sobre seus cuidadores. Diante dessa situação, a atuação da rede de proteção deverá considerar que a criança

- a) passará por acompanhamento especializado, garantindo que sua situação seja reavaliada por uma equipe técnica dentro de um prazo determinado.
- b) não poderá retornar ao lar sob nenhuma circunstância, pois toda situação de violência resulta na destituição definitiva dos laços familiares.
- c) será imediatamente retirada do convívio familiar e encaminhada para adoção, sem necessidade de novas avaliações.
- d) terá prioridade no cadastro de adoção, uma vez que crianças vítimas de maus-tratos não devem permanecer sob a guarda de seus familiares.
- e) permanecerá sob a guarda dos responsáveis até a conclusão do processo judicial.

38. A agressividade é um aspecto natural do desenvolvimento humano e pode assumir diferentes funções ao longo da vida. Na infância, por exemplo, sua manifestação pode estar relacionada à construção da autonomia e ao estabelecimento de limites nas relações interpessoais. Teóricos como Freud e Winnicott destacam que, quando bem elaborada, a agressividade pode favorecer o amadurecimento emocional, permitindo que o indivíduo lide com frustrações e desafios de forma adaptativa. Desta forma, agressividade

- a) deve ser reprimida, pois está sempre associada a comportamentos prejudiciais e disruptivos.
- b) A ausência da agressividade ao longo do desenvolvimento indica um funcionamento psicológico saudável e equilibrado.
- c) é um traço negativo e deve ser eliminada para que o indivíduo desenvolva relações interpessoais harmoniosas.
- d) pode desempenhar um papel essencial no amadurecimento emocional, contribuindo para a construção da identidade e para a capacidade de enfrentamento.
- e) O desenvolvimento emocional ideal ocorre quando é possível direcionar a agressividade em atitudes mais conciliadoras.

Com base no Código de Ética Profissional do Psicólogo, assinale a alternativa correta:

- I. Maria deve respeitar a confidencialidade da informação revelada por João e não deve contar aos pais, mesmo que isso coloque João em risco. (Art. 9º)
 - II. Maria deve atuar com responsabilidade e pode revelar a informação confidencial para os pais de João se considerar que isso é necessário para proteger a vida e a saúde do adolescente. (Art. 10º)
 - III. Maria deve buscar o consentimento de João antes de tomar qualquer decisão de revelar as informações aos pais. (Art. 9º)
 - IV. A atuação de Maria deve ser baseada em fundamentos éticos, técnicos e científicos, visando a promoção da saúde e segurança de João. (Art. 1º)
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Nenhuma afirmativa está correta.

PSICOLOGIA 2

Thayse Duarte

39. Maria, psicóloga clínica, atende João, um adolescente de 17 anos, que relatou em sessão que está sendo vítima de bullying na escola e que, por conta disso, está considerando abandonar os estudos. Durante a sessão, João confidenciou que tem pensamentos suicidas, mas pediu que Maria não compartilhasse essa informação com seus pais. Maria está preocupada com a segurança de João e acredita que os pais precisam ser informados para garantir o bem-estar do adolescente.

40. De acordo com a Resolução CFP nº 001/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual, assinale a alternativa correta:

- a) Os psicólogos devem promover eventos e serviços que proponham tratamentos para a cura das homossexualidades.
- b) Os psicólogos devem manter sigilo absoluto sobre qualquer informação relacionada à orientação sexual de seus clientes, independentemente das circunstâncias.
- c) Os psicólogos devem atuar segundo princípios éticos, contribuindo para a reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.
- d) Os psicólogos podem se pronunciar publicamente sobre a homossexualidade como uma desordem psíquica, desde que estejam baseados em evidências científicas.
- e) Os psicólogos são obrigados a informar os familiares sobre a orientação sexual de seus clientes, mesmo que os clientes não tenham consentido com essa revelação.

41. Fabiana, uma psicóloga, trabalha em uma escola pública que atende uma população diversa. Durante uma consulta, ela atende Bruno, um estudante negro de 12 anos, que tem apresentado sinais de desmotivação e baixa autoestima. Durante a conversa, Bruno relata que tem sido alvo de piadas e comentários racistas por parte de alguns colegas de classe. Considerando as diretrizes da Resolução CFP nº 018/2002, qual das seguintes ações é a mais adequada para Fabiana atuar de acordo com as normas estabelecidas pela resolução?

- a) Conversar com Bruno a fim de minimizar as consequências do racismo, enfatizando a importância em sua performance acadêmica.

b) Promover a saúde mental de Bruno, sem abordar a questão do racismo com a comunidade escolar, para evitar conflitos.

c) Incorporar discussões sobre preconceito e discriminação racial nas práticas pedagógicas da escola e promover ações educativas sobre igualdade racial.

d) Sugerir a Bruno que ignore os comentários racistas e se concentre apenas em suas atividades escolares.

e) Resolver o problema responsabilizando os colegas de Bruno, sem promover um diálogo sobre o impacto do racismo.

42. A Resolução CFP nº 01/2009 estabelece diretrizes sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. De acordo com essa resolução, qual das seguintes práticas é correta para o psicólogo em relação aos registros documentais?

- a) Manter os registros documentais por um período máximo de 5 anos, independentemente da abordagem teórica utilizada.
- b) Garantir que os registros documentais sejam organizados e atualizados, respeitando a confidencialidade e a segurança das informações.
- c) Utilizar registros documentais apenas em atendimentos clínicos, dispensando sua utilização em outras áreas de atuação psicológica.
- d) Os registros documentais devem ser armazenados de forma física, não sendo permitida a digitalização para evitar possíveis perdas de dados.
- e) A manutenção de registros documentais é opcional, ficando a critério do psicólogo decidir sua necessidade.

43. A Resolução CFP nº 008/2010 estabelece diretrizes para a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Considerando as normas e responsabilidades definidas pela resolução, qual das seguintes práticas é adequada para um psicólogo que atua nessa função?

- a) Emitir laudos e pareceres psicológicos sem a necessidade de fundamentação teórica e metodológica.
- b) Realizar avaliações psicológicas com base em métodos e técnicas não reconhecidos cientificamente.
- c) Utilizar-se de métodos e técnicas fundamentadas cientificamente, e respeitando os direitos das partes envolvidas.
- d) Divulgar os resultados das avaliações psicológicas para a mídia, visando a transparência do processo.
- e) Realizar a avaliação psicológica com base em entrevistas formais, sem o uso de instrumentos padronizados e validados.

44. De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, qual das alternativas a seguir está correta em relação à elaboração de documentos escritos pelos psicólogos?

- a) Os psicólogos devem utilizar um formato de documento único para os serviços prestados.
- b) A Resolução CFP nº 06/2019 é complementar à Resolução CFP nº 07/2003, que estabelece um manual de elaboração de documentos escritos.
- c) Os psicólogos podem divulgar documentos escritos sem a devida autorização do cliente, desde que sejam de interesse público.
- d) A Resolução CFP nº 06/2019 não menciona a necessidade de seguir princípios éticos na elaboração de documentos escritos.
- e) A Resolução CFP nº 06/2019 estabelece que os documentos escritos devem ser elaborados com base em fundamentos éticos, técnicos e científicos.

45. De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, quais são os elementos essenciais que devem estar presentes na estrutura de um laudo psicológico?

- a) Identificação, histórico clínico, avaliação e diagnóstico.
- b) Identificação, descrição da demanda, procedimentos, análises, conclusões, recomendações e referências.
- c) Histórico clínico, anamnese, diagnóstico, tratamento e acompanhamento.
- d) Identificação, hipóteses diagnósticas, intervenções anteriores, opinião de familiares e diagnóstico final.
- e) Identificação, procedimentos, análise, opinião de colegas e conclusão.

46. Vanessa é uma psicóloga que foi contratada para realizar uma avaliação psicológica de Caetano, um adolescente de 17 anos, devido a dificuldades escolares e comportamentais. Durante a avaliação, Vanessa utilizou entrevistas clínicas, testes padronizados e observações comportamentais. De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, qual das alternativas a seguir descreve corretamente como Vanessa deve estruturar o laudo psicológico?

- a) Incluir as informações dos testes padronizados, sem mencionar as observações e entrevistas, pois são de caráter sigiloso.
- b) Relatar as observações e entrevistas, mas omitir os resultados dos testes padronizados, pois são de caráter sigiloso.
- c) Apresentar uma análise detalhada baseada em todos os métodos utilizados, incluindo entrevistas, testes e observações, e fornecer uma conclusão e recomendações.
- d) Realizar um diagnóstico nosológico.
- e) Descrever apenas o motivo da avaliação e os procedimentos, sem oferecer conclusões ou recomendações.

47. Em relação aos diferentes modelos familiares e suas configurações, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o modelo familiar tradicional, composto por pai, mãe e filhos biológicos, é considerado legítimo pela legislação brasileira.
- b) Famílias monoparentais, onde apenas um dos pais é responsável pela criação dos filhos, não são reconhecidas pela sociedade contemporânea como um modelo familiar válido.
- c) As famílias reconstituídas, ou famílias mosaico, formadas por casais que trazem filhos de relacionamentos anteriores, são exemplos de novos arranjos familiares que a legislação brasileira reconhece e protege.
- d) Famílias homoafetivas, formadas por casais do mesmo sexo, não têm os mesmos direitos legais que famílias tradicionais.
- e) A legislação brasileira não contempla a existência de famílias anaparentais, onde não há a presença de pais, sendo a criança criada por avós, tios ou outros parentes.

48. De acordo com a Lei nº 13.058/2014, que estabelece a guarda compartilhada, e a Lei nº 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental, assinale a alternativa correta:

- a) A guarda compartilhada é a mais recomendada, independentemente das condições dos pais.
- b) Na guarda compartilhada, a responsabilidade dos pais é dividida de forma igualitária, e as decisões importantes sobre a vida do filho devem ser tomadas em conjunto.
- c) A alienação parental é caracterizada pela prática de violência física ou psicológica contra a criança.
- d) A Lei nº 12.318/2010 não prevê medidas legais para combater a alienação parental, deixando a questão a cargo dos tribunais.
- e) A guarda unilateral deve ser preferencialmente da mãe, a fim de preservar o melhor interesse da criança.

49. De acordo com a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, assinale a alternativa correta sobre o depoimento especial:

- a) O depoimento especial da criança ou adolescente deve ser realizado em ambiente público, com a presença dos representantes legais.
- b) O depoimento especial da criança ou adolescente vítima de violência pode ser realizado por qualquer profissional, desde que tenha experiência em atendimento infantil.
- c) A Lei nº 13.431/2017 estabelece que o depoimento especial deve ser realizado em momento oportuno, garantindo a proteção e o bem-estar da criança ou adolescente, com a devida preparação prévia.
- d) A Lei nº 13.431/2017 permite a realização do depoimento especial em qualquer fase do processo judicial, sem necessidade de preparação prévia.
- e) O depoimento especial é dispensável em casos de violência psicológica, sendo aplicado apenas em casos de violência física e ou sexual.

50. Considerando os instrumentais e a prática da Avaliação Psicológica na instituição judiciária, de acordo com a Lei nº 13.431/2017, assinale a alternativa correta:

- a) A avaliação psicológica no contexto judiciário deve utilizar instrumentais padronizados e validados cientificamente, assegurando o respeito aos direitos da criança e do adolescente durante o processo.
- b) A avaliação psicológica no contexto judiciário pode ser realizada por psiquiatras, devido à complexidade dos casos.
- c) Na avaliação psicológica no contexto judiciário, é dispensável o uso de técnicas projetivas, devendo-se basear em entrevistas forenses.
- d) No laudo, é prescindível seguir princípios éticos na elaboração de documentos escritos.
- e) A avaliação psicológica no contexto judiciário deve ser realizada sem a necessidade de consentimento da criança ou adolescente.

- 51.** Em relação à justiça restaurativa, assinale a alternativa correta:
- a) A justiça restaurativa se concentra exclusivamente na punição dos infratores, sem considerar as necessidades das vítimas.
 - b) A principal característica da justiça restaurativa é a mediação e o diálogo entre vítima, ofensor e comunidade, visando à reparação dos danos causados.
 - c) A justiça restaurativa é aplicável apenas em casos de crimes graves, como homicídios e estupros.
 - d) A justiça restaurativa exclui a participação da comunidade no processo de resolução de conflitos.
 - e) A justiça restaurativa visa à compensação financeira das vítimas.
- 52.** A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Qual das seguintes alternativas não é uma medida protetiva de urgência prevista pela lei?
- a) Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
 - b) Proibição de contato do agressor com a ofendida, seus familiares e testemunhas.
 - c) Encaminhamento da ofendida a um programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.
 - d) Concessão de indenização financeira imediata à ofendida pelo Estado.
 - e) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.
- 53.** De acordo com a Lei Maria da Penha e a literatura sobre violência intrafamiliar e de gênero, qual das seguintes situações caracteriza-se como violência psicológica?
- a) Agressão física que resulte em lesões corporais.
 - b) Privação econômica que impeça a mulher de acessar recursos básicos.
 - c) Ameaças, humilhações e manipulação emocional para controlar o comportamento da mulher.
 - d) Estupro marital sem o consentimento da mulher.
 - e) Negligência na prestação de cuidados necessários aos filhos.
- 54.** De acordo com a Resolução CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito em diversos contextos, assinale a alternativa correta:
- a) O psicólogo perito deve seguir estritamente as instruções das partes interessadas, sem deixar de visar sua autonomia teórico-técnica e ética.
 - b) O psicólogo perito não necessita informar o periciado sobre os motivos e as técnicas utilizadas durante a avaliação pericial.
 - c) O consentimento formal é desnecessário quando a pessoa atendida for criança, adolescente ou interditada, desde que o psicólogo perito tenha experiência na área.
 - d) A atuação do psicólogo perito deve ser baseada em fundamentos éticos, técnicos e científicos, evitando qualquer tipo de interferência que possa prejudicar sua autonomia profissional.
 - e) O psicólogo perito não pode atuar em equipe multiprofissional, devendo realizar todas as avaliações de forma individual.

55. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Em relação à escuta especializada e ao depoimento especial, qual das seguintes alternativas é verdadeira?

- a) A escuta especializada deve ser realizada apenas por profissionais da área de segurança pública.
- b) O depoimento especial deve ser realizado em audiência pública para garantir a transparência do processo.
- c) A escuta especializada deve ser realizada em ambiente acolhedor e seguro, por profissionais capacitados, com o objetivo de evitar a revitimização da criança ou adolescente.
- d) O depoimento especial pode ser realizado sem a presença de um representante legal da criança ou adolescente.
- e) A escuta especializada e o depoimento especial não precisam ser registrados para preservar a privacidade da vítima.

56. O psicólogo desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Em casos de violência intrafamiliar, qual das seguintes ações é apropriada para um psicólogo que atua na rede de proteção, conforme as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

- a) Realizar avaliação psicológica e emitir laudo sem o consentimento dos responsáveis ou da autoridade competente.
- b) Notificar imediatamente o Conselho Tutelar ao identificar sinais de violência.
- c) Priorizar o uso de técnicas de confrontação para encorajar a criança ou adolescente a relatar detalhes do abuso.
- d) Manter todas as informações em sigilo absoluto, sem notificar nenhuma autoridade, para proteger a privacidade do paciente.

e) Realizar sessões de terapia exclusivamente em grupo, sem considerar a necessidade de atendimento individualizado.

57. Sobre a Resolução CFP nº 001/2018, que estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis, assinale a alternativa que melhor representa os princípios dessa resolução:

- a) Os psicólogos devem reconhecer a transexualidade e a travestilidade como normais, fornecendo tratamento para padronizar a identidade de gênero das pessoas.
- b) A resolução permite que os psicólogos apliquem técnicas de reparação da identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis em sofrimento psíquico.
- c) Os psicólogos devem atuar de maneira a garantir o respeito às identidades de gênero das pessoas transexuais e travestis, sem patologizá-las ou discriminá-las, promovendo a sua autodeterminação e bem-estar.
- d) A cismatividade deve ser considerada uma prática aceitável na atuação dos psicólogos, pois promove a conformidade com os padrões tradicionais de gênero.
- e) A resolução enfatiza que os psicólogos podem promover a cura sobre questões de gênero ao tratar de pessoas transexuais e travestis, desde que essas crenças sejam baseadas em evidências científicas.

58. Pedro, psicólogo, está realizando atendimentos psicoterapêuticos mediados por tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs). Ele atende Mariana, uma jovem adulta que vive em uma cidade distante. Durante as sessões, Pedro utiliza videoconferência para conduzir a terapia, garantindo um ambiente seguro e privado para as consultas. No entanto, durante uma sessão, Mariana relata que está passando por uma crise emocional intensa e menciona pensamentos suicidas.

Com base na Resolução CFP nº 009/2024, que estabelece normas para o exercício profissional mediado por TDICs, assinale a alternativa correta sobre a atuação de Pedro:

- a) Diante da gravidade da situação, Pedro deve encerrar a sessão e orientar que Mariana procure ajuda presencialmente, por meio de suporte social de confiança.
- b) Pedro pode continuar a sessão, mas não é necessário registrar as informações sobre a crise emocional de Mariana, uma vez que o atendimento é realizado virtualmente.
- c) Pedro deve interromper a videoconferência e solicitar que Mariana se dirija a um hospital imediatamente.
- d) Pedro deve oferecer suporte adequado a Mariana, registrando as informações relevantes e, se necessário, orientando-a a buscar ajuda emergencial local, enquanto mantém o acompanhamento.
- e) Pedro não pode interromper a sessão e deve oferecer suporte adequado, mesmo sabendo que não apresenta os mesmos riscos que um atendimento presencial.

BLOCO III
CONHECIMENTOS GERAIS**ATUALIDADES***Rodolfo Gracioli*

59. “O chefe da entidade disse nesta sexta-feira (27) que não tinha certeza se sobreviveria a um ataque aéreo israelense no principal aeroporto do Iêmen. Falando após a ação no Aeroporto Internacional de Sanaa na quinta-feira, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse que as explosões que abalaram o edifício foram tão ensurcedoras que seus ouvidos ainda estavam sentindo os estrondos”. Adaptado. (Fonte: CNN Brasil, dezembro de 2024).

Tedros Adhanom é chefe de qual organismo da ONU?

- a) Acnur
- b) Unesco
- c) Fao
- d) Oms
- e) Unicef

60. O massacre do Carandiru volta à tona em 2024. O massacre ocorreu em outubro de 1992, quando a repressão policial a uma rebelião prisional resultou na morte 111 detentos e continua se desdobrando na justiça brasileira. Em outubro, o Tribunal de Justiça de São Paulo:

- a) Encaminhou o processo para o Supremo Tribunal Federal, sem decisão prévia
- b) Convocou os policiais envolvidos para acareação com sobreviventes da tragédia.
- c) Extinguiu a pena dos policiais envolvidos no massacre que marcou a década de 1990.
- d) Determinou cumprimento pena imediata, em regime fechado, para todos os policiais envolvidos.
- e) Absolveu os policiais que ocupavam a área de inteligência, responsabilizando apenas os policiais da parte operacional.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI N°
10.261/68) – ARTIGOS 239 A 307 E LEI
FEDERAL 8.429/92 (LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA) ARTIGOS 1º AO 11º.**

Fabiano Pereira

61. Conforme dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, há condutas que configuram enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário ou violam os princípios da administração pública.

Dentre as alternativas apresentadas, qual delas corresponde a um ato de improbidade administrativa que resulta em lesão ao erário.

- a) Deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação;
- b) Transferir recurso à entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere;
- c) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;
- d) Agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas;
- e) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.

62. O Ministério Público Federal ingressou com ação por improbidade administrativa contra um médico da iniciativa privada, que figura como sócio de uma sociedade prestadora de serviços laboratoriais financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A acusação sustenta que o referido profissional, de maneira dolosa, adulterou diversos exames relacionados à compatibilidade de órgãos para transplantes, sendo os laudos fraudulentos assinados por ele.

Essa conduta teve um impacto severo na qualidade de vida e na expectativa dos pacientes inseridos na fila de transplantes, pois resultou na realização de procedimentos com órgãos erroneamente compatíveis, além de impedir a realização de cirurgias em indivíduos que, de fato, atendiam aos critérios de compatibilidade.

Com base na situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92 e suas alterações, assinale a afirmativa correta.

- a) O médico não possui legitimidade para figurar na ação de improbidade, pois não se enquadra no conceito de agente público;
- b) O médico, por ser particular, não pode ser incluído no polo passivo da demanda sem a presença de um agente público que tenha atuado em conluio com ele;
- c) O médico não pode ser demandado isoladamente, sendo necessária a inclusão da sociedade empresarial da qual é sócio no polo passivo da ação;
- d) O médico possui legitimidade para responder sozinho à ação de improbidade, pois, assim como os agentes públicos, todos os particulares devem ser amplamente responsabilizados individualmente sempre que praticarem condutas lesivas ao interesse coletivo;
- e) O médico deve integrar o polo passivo da ação, pois, ao ser remunerado pelo Sistema Único de Saúde, equipara-se a agente público para os efeitos da lei de improbidade, uma vez que exerce função pública delegada.

63. Em relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado De São Paulo – Lei nº 10.261/68 – assinale a alternativa **incorreta**.

- a) É proibido ao funcionário exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição;
- b) É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, mediante pagamento prévio, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos;
- c) A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência;
- d) Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que for convencido de incontinência pública e escandalosa e de vício de jogos proibidos;
- e) Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

65. No Windows 10 temos um novo recurso de segurança que é capaz de, caso seja configurado adequadamente, criptografar os dados dos usuários, o que permite a criação de uma camada extra de proteção e dificulta o sucesso de eventuais exposição a golpes e ataques. Essa funcionalidade é:

- a) Bit Locker
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Diana

66. No Excel o usuário digitou a função =Agora(). O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Excel não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual apenas
- e) Uma mensagem de erro.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

64. O One Drive é um programa de armazenamento de arquivos na nuvem. Das letras abaixo é correto afirmar:

- a) Os arquivos armazenados podem ser compartilhados com outros usuários mediante a informação do email.
- b) Os arquivos armazenados só podem ser acessados exclusivamente pelo seu autor.
- c) O limite de armazenamento é infinito
- d) Arquivos armazenados não podem ser removidos.
- e) Quando os arquivos são enviados para o driver são apagados na máquina original.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

67. As idades de Arnaldo, Beto, Carlos, Dorival e Emílio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;
- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;
- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;
- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

- a) Arnaldo
- b) Beto
- c) Carlos
- d) Dorival
- e) Emílio

68. A professora Adriana possui um lindo aquário em seu apartamento e cria peixes coloridos nele. O aquário de Adriana tem a forma de um paralelepípedo e mede 0,60m de largura, 1,50m de comprimento e 0,95m de altura. Em um belo dia de verão, estando o aquário com certa quantidade de água, Adriana colocou um pedaço de madeira de enfeite. A madeira ficou totalmente coberta pela água e Adriana mediu o nível da água constatando que o nível subiu 0,3 cm. Então, Adriana calculou que o volume do pedaço de madeira era:

- a) 2700 cm³
- b) 2500 cm³
- c) 2400 cm³
- d) 2000 cm³
- e) 3000 cm³

69. Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge.
Se meu carro é azul, então Carlos não é professor.
Ora, Carlos é professor. Logo:

- a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge
- b) o meu carro é azul e o meu leão ruge
- c) o meu carro não é azul e o meu leão ruge
- d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge
- e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

70. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>